

(Ac. 3a. TST-1571/81)

LJST/Mfax

Ação de cumprimento da
Lei nº 7.98/79.

Honorários assisten-
ciais indevidos ao Si-
dicate substituto pro-
cessual.

A quebra-de-caixa tem
natureza salarial e de-
ve ser reajustada se-
mestralmente ao fator
1.0, que corresponde
ao aumento da inflação.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de
recurso de Revista nº TST-RR-1571/81, em que é Recorrente, SÍN-
DICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CAMPORI-
MA DO SUL e, Recorrido, BANCO SUL BRASILEIRO S/A.

A Primeira Turma Regional, entendeu que a corre-
ção semestral prevista na Lei nº 6.783/79, não incide sobre a
parcela paga a título de quebra de caixa, bem como indevido o
benefício de assistência judicária ao Sindicato que atua como
substituto processual.

Inconformado, recorre o Sindicato, onde colaciona
na jurisprudência como divergente (fls. 113/114).

Contra-arrazoado e apelo, 126/127, e a denta Pro-
curadoria Geral vem se manifestando pelo não provimento.

É o relatório.

JOSE CRISTOPHERO

V O T O

Conheço, pelos arreios de fls. 111, 113/114.

Mérito:

Na condição de substituto processual, o Síndicato é a parte que reside em juiz para defender direito alheio. Como parte, não pode receber honorários.

Quanto à correção semestral da Lei 6.708/79, sobre a verba quebra-de-caixa é devida.

A verba tem natureza salarial evidente, não importando se tem a finalidade indenizatória. É salário por constituição do artigo 457 e seus parágrafos, da CLT.

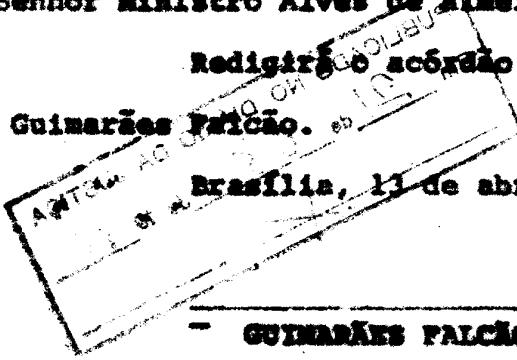
Assim, a parcela deve sofrer o reajuste semestral por força de lei, no fator 1.0, que é o correspondente ao Índice da inflação, à falta de informações sobre o valor dos salários dos beneficiários da sentença.

I S T O P O S T O:

ACORDAM os Ministros da Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, unanimemente, conhecer da revista e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento para determinar a inexistência da correção semestral automática, sobre a verba quebra de caixa, vencidos in totum o Excelentíssimo Senhor Ministro Expedito Amorim (revisor) e, em parte, o Excelentíssimo Senhor Ministro Alves de Almeida, relator.

Redigirão acórdão o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão.

Brasília, 13 de abril de 1982.



GUIMARÃES FALCÃO

Presidente e
Relator "ad hoc"

Ciamte:

Procurador

JOSÉ CRISTÓPHARO

